

O comandante do Exército e a Lava-Jato

» JOAQUIM FALCÃO
Advogado

Passou quase despercebida, para muitos, a entrevista do comandante do Exército, Eduardo Villas Bôas, ao jornal *Valor Econômico*, às vésperas do carnaval, sobre a presente situação nacional. Mas ainda há tempo. Não é todo o dia que um comandante do Exército se pronuncia sobre a cena brasileira. Neste mês de março, o Congresso e o Poder Judiciário estarão muito ativos. A Lava-Jato e seus desdobramentos como a Calicute, além de outras operações, como Zelotes (corrupção no Carf) e Boca Livre (fraudes à Lei Rouanet), devem recomeçar com força. As delações de Marcelo Odebrecht e de Sérgio Machado devem vir a público.

A atuação cuidadosa e independente do relator Herman Benjamin do Tribunal Superior Eleitoral deve se aproximar de uma decisão sobre a legalidade da chapa Dilma e Temer. A indicação dos novos ministros do Tribunal Superior Eleitoral também não passará despercebida. A discussão da proposta do ministro Luís Roberto Barroso, limitando o uso do foro privilegiado como escudo, ainda que provisório, da impunidade dos políticos continuará.

É bom então ouvir o comandante. Sobre tudo, quando estiver na ativa. Ou como cidadão eleitor e preocupado com o país. Sua posição é muito clara. Está sintonizada com a mídia e a imensa maioria da opinião pública, dos cidadãos e da Constituição. Diz inicialmente: “Esse processo que o Brasil está enfrentando está atingindo nossa essência e nossa identidade. Tem outro componente. Que vem do processo histórico recente, das décadas de 1970, 1980. Até então, o país tinha identidade forte, sentido de projeto, ideologia de desenvolvimento. Perdeu isso. “Hoje, somos um país que está à deriva, que não sabe o que pretende ser, o que quer ser e o que deve ser”.

Não é difícil entendê-lo. A maioria da classe política não está correspondendo à confiança dos eleitores. Os partidos políticos estão à deriva. Mas as investigações da polícia federal, do Ministério Público, e a atuação dos juízes nas instâncias inferiores não estão à deriva. Ao contrário, reafirmam sempre seu rumo: combater a improbidade administrativa e possibilitar competição empresarial limpa.

Sobre justamente a atuação do Judiciário no combate à corrupção, o comandante é muito claro: “Acho importante todo esse processo que estamos vivendo em decorrência da Lava-Jato e outras de operações. A Lava-Jato é a grande esperança de que se produza no país mudança neste aspecto ético que está atingido nosso cerne, que relativiza e deteriora nossos valores. Daí a importância desse protagonismo que a Justiça e o Ministério Público estão tendo. Esse processo é fundamental para o prosseguimento do país”.



G O M E Z

E continua: “E aí, você me pergunta: o que pode acontecer se a Lava-Jato atingir a todos indiscriminadamente? Que seja. Esse é o preço que tem que se pagar. Esperamos que tenha um efeito educativo”.

Realmente, não faz sentido o país passar pelo trauma de impedir uma presidente eleita, sob acusações de crime de responsabilidade, para que se continue com as mesmas práticas dos antigos políticos em governo novo. E se mantenha as mesmas instituições e processos, sejam elas legislativas, sejam judiciais, sejam administrativas, que possibilitam a impunidade. Não é somente com o regular do caixa do Tesouro, ou a necessária reforma da Previdência e reforma fiscal que o país sairá dessa crise. E não faz sentido que para aprovar estas reformas, pelas quais o presidente Temer tem tanto se empenhado, o país tenha que pagar o preço da corrupção que viu e ainda vê.

Não é somente a inflação, o desequilíbrio orçamentário e os juros que provocaram esta crise. É uma crise de violência urbana e prisional também, com a qual o ministro Raul Jungmann tem cooperado para estancar, equilibrando a necessária ajuda aos estados em urgência com a proteção às tropas. O Brasil não pode viver à custa do uso excepcional das Forças Armadas e de ajudas financeiras emergenciais constitucionalmente duvidosas a estados falidos, nem jogar fora a Lei de Responsabilidade Fiscal. Precisa de mais do que apenas a negociação e o temor individual de políticos e empresários. Precisa de um projeto de curto, médio e longo prazo, reformador e aprofundador das instituições democráticas. Lord Keynes, famoso economista inglês, dizia que a longo prazo estaremos todos mortos. No Brasil, hoje, parece o contrário. A curto prazo, não temos saída. Será?

Saída à francesa no Brasil

» RICARDO CALDAS
Presidente do Sindicato das Indústrias da Informação do Distrito Federal (Sinfor/DF)

Há muito tempo as empresas brasileiras têm se manifestado a respeito das péssimas condições para empreender no país. Os tributos, o descaso, o desrespeito, a incompreensão que sofrem os empresários no Brasil nunca foram tão levados a sério como agora. O motivo é que uma multinacional francesa endossou o discurso e ameaçou levar seus negócios daqui.

O alerta feito pela Fnac nas últimas semanas preocupou não só a mão de obra empregada pela empresa, mas todos os empreendedores do ramo de Tecnologia da Informação. Apesar negar mensagens que circularam nas redes, o CEO da companhia europeia no país, Arthur Negri, admitiu dificuldade para continuar os negócios no Brasil. Segundo o presidente, será necessário encontrar um sócio ou acionista que ajude nos aspectos financeiros.

A extorsão da iniciativa privada por meio da carga tributária elevadíssima chegou ao limite. Não é de hoje que tentamos abrir o mercado e inserir o país no ranking de competitividade internacional, mas a resposta que obtemos é sempre a mesma: o Brasil é um país muito duro, muito difícil, o pior para se fazer negócios.

Os empreendedores estrangeiros não conseguem acompanhar a dinâmica da

tributação. Semana passada, ao conversar com empresários de outros países, três, de diferentes nacionalidades (inglesa, espanhola e israelense), confessaram essa percepção que têm sobre fazer negócios com o Brasil. São taxações nacionais, estaduais e locais. Impostos sobre serviços e produtos que também são cobrados do consumidor. Impostos que incidem sobre impostos. Os preços são abusivos, desnecessários, inexplicáveis — apesar da moeda fraca. Não conseguimos competir dessa forma.

A saída da Fnac do país ainda não é certa, mas a possibilidade de enfrentar mais essa debandada deveria ser analisada com parcimônia pelo governo federal. São companhias áreas, instituições bancárias, concessionárias de transporte coletivo, montadoras de automóveis e lojas de departamento... Todas ameaçam ou confirmam pouco a pouco que deixarão de operar no país.

Além da perda com impostos, a indústria local não será capaz de absorver a mão de obra dispensada. Na indústria da informação, temos dados de startups que conseguiram empregar mais de 9 mil pessoas apenas no Distrito Federal e mais de 300 mil no país. Porém, as grandes empresas precisaram crescer nesses anos difíceis de crise. Muitas enxugaram substancialmente o quadro de funcionários.

Os dados ainda não causaram impacto suficiente para alterar as estatísticas de crescimento do setor. No entanto, uma retirada em massa das empresas internacionais do país terá exatamente esta consequência. Se esse capital estrangeiro é retirado do Brasil, nós, empresas nacionais, perderemos, seja na economia, seja na política, pois é comprovado que o governo não dá o devido valor à produção nacional. Na mesma linha, o mercado global deixará de ter pretensão de entrar ou permanecer num país onde a iniciativa privada é tratada com tamanho desrespeito e falta de pudor nas cobranças.

A imagem comercial do Brasil no exterior não nos permite o desfrute de piorar a situação dos empresários. O movimento deveria ser oposto. Estamos expulsando nosso bote salva-vidas. Temos um imenso potencial na indústria local, mas esse desenvolvimento só foi possível graças às alianças e parcerias com a expertise estrangeira. Não somos um setor que compete entre si a ponto de ignorar a relevância da sinergia. Somos complementares. Queremos que a Fnac fique e queremos que o mundo traga para o país o melhor que tiver em TI. Só assim seremos realmente reconhecidos como merecemos. Só assim sairemos do buraco para o qual fomos empurrados. Mas o sinal amarelo está aceso.



ARI CUNHA

DESDE 1960

VISTO, LIDO E OUVIDO

aricunha@dabr.com.br
com Circe Cunha // circecunha.dfgabr.com.br

À lista de Janot, políticos interpõem a lista fechada

“Quem criminaliza a política são os criminosos que nela atuam”, li em um blog político. A sentença resume com exatidão o momento político que todo o Brasil assiste entre atônito e indignado. Com a apresentação agora da segunda lista, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça podem dar início aos processos que resultarão, sem força de expressão, no maior e mais rumoroso julgamento de casos de corrupção de toda a história brasileira.

Com uma avalanche de processos dessa natureza, em que estão listados os nomes dos mais importantes e influentes políticos nacionais das últimas décadas, não surpreende que os bastiões do poder na capital tenham sido tomados de uma movimentação nervosa nunca vista anteriormente.

Reuniões de emergência a portas fechadas com diferentes grupos de parlamentares buscam entender o megaprocesso que se anuncia e, principalmente, preparar estratégias e barreiras legais que impeçam o desmoronamento da República que muitos suspeitavam estar apodrecida desde a redemocratização. Nessas horas, são da astúcia e das manhas que se vale o restante dos nomes para escapar dos caçadores da Justiça.

Enquanto os entendimentos sobre a melhor tática de defesa conjunta não ficam acertados, é possível verificar um certo esfacelamento da base aliada. Com a debandada da base, sob o efeito do poderoso veneno da PGR, lá se vão também as certezas sobre a aprovação tranquila das reformas pretendidas pelo governo.

A paralisação do Congresso é da porta para fora. Da porta para dentro, a casa ferve. Com a suspeita de que a população não aceitará passiva as tentativas marotas de anistia, os políticos ensaiam, na undécima hora, uma reforma eleitoral casuística, sob o pretexto de aperfeiçoamento do pleito há muito reclamado pelo eleitorado. Trata-se, aqui, do ouro de tolo. Com a proibição de doações por empresas, os altíssimos custos das eleições recairão para os contribuintes, elevando ainda mais o preço de uma democracia que a população não aposta um tostão.

Aos R\$ 820 milhões destinados ao Fundo Partidário anualmente pelos contribuintes, serão somados mais recursos para o estabelecimento de um Fundo Eleitoral que, segundo dizem, poderá ser aquinhoadado com bilhões de reais extraídos compulsoriamente da população.

Para garantir que o status quo político permaneça como há séculos, poderá ser adotado ainda o sistema proporcional de lista fechada, no qual o eleitor vota apenas no partido e seu dono ou presidente escolhe, pessoalmente, os nomes que ocuparão os cargos. Nesse caso, os nomes dos políticos implicados não é visto pelo eleitor e fica escondido atrás da legenda.

A população vem sendo posta à margem dessas discussões por um motivo óbvio: nas eleições de 2018, não querem a presença de nenhum candidato implicado nos casos de corrupção, seus respectivos partidos e muito menos as novas fórmulas eleitorais que tentam impingir.

»» A frase que foi pronunciada

“A diferença básica entre um homem comum e um guerreiro é que um guerreiro toma tudo como desafio, enquanto um homem comum toma tudo como bênção ou como castigo.”

Carlos Castañeda

Atenção

» Pesquisadores da Check Point alertam os usuários do WhatsApp sobre a existência de um malware. Trata-se de nova forma de invadir a conta do usuário no momento em que ele baixa alguma imagem. Nesse momento, os hackers acessam as fotos do celular e até enviam mensagens com o nome da vítima.

um morador da região conseguiu atender ao pedido e entregou, dias depois, uma cadeira de rodas de excelente qualidade, na intenção de facilitar a vida do moço. Passada uma semana, o morador soube que o rapaz havia vendido a cadeira. Ao encontrar o deficiente, o senhor se saiu com essa: “Mas rapaz, você conseguiu me dar uma rasteira com a única perna que tem!”

Insano

» Interessante observar que entre os hospitais de Brasília da rede D’Or, o Santa Helena atende 24h, mas o telefone disponível na página do hospital funciona só a partir das 8h da manhã. Vai entender.

Sintonia

» No ano passado, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado aprovou a regulamentação das profissões de fotógrafo e detetive particular. O plenário do Senado votou e aprovou. Detetive é uma profissão regulamentada.

Verídico

» Aconteceu na descaldada Superquadra 213 Norte. Abordado pelo vigia de carros com enorme dificuldade de locomoção,

Release

» Este domingo será o dia da ação Plantio Global. Gente voluntária de todo o mundo é convidada a plantar mudas de árvores sincronizadas em um horário, mesmo que esteja do outro lado do Atlântico. A organização é descentralizada e autônoma. O Eleve Mercado Saudável, que fica na entrequadra 708/809 Norte, vai apoiar o evento fornecendo lanche aos participantes. Você está convidado para estar, às 9h, no Ponto de Atração Norte 13 (ao lado da QI 13 do Lago Norte, próximo ao Hospital Sarah Kubitschek). O plantio está aberto ao público e, no Distrito Federal, foi coordenado pela Associação dos Amigos da Quebrada da 13, da qual participa o sócio do Eleve, Christiano Camargo.

»» História de Brasília

Não aleguem que é a crise política a causadora disso, porque a prefeitura não parou em toda essa confusão. Funcionou bem e, talvez, até melhor, porque não tinha tanta gente para atrapalhar. (Publicado em 23/9/1961)